Revista Espaço Acadêmico – n. 230 – set./out. 2021 – bimestral
ANO XXI – ISSN 1519.6186

Compreensões acerca do/a branco/a e da branquitude na Psicologia

ANNE BITTENCOURT SANTOS E SILVA*

Resumo: Ao longo das décadas, alguns trabalhos têm sido desenvolvidos no campo psi acerca das relações raciais. Contudo, mesmo tratando-se de relações, a maioria desses estudos tem como "objeto" apenas um polo dessa relação: as populações negras. Desse modo, discussões sobre as populações brancas em termos de desenvolvimento de uma identidade racial, aprendizagem sobre preconceitos raciais, e outros aspectos relacionados a racialização desse grupo não acontecem. Como efeito, continua-se a suportar o grupo branco como referência de humanidade, e não como mais um grupo em meio a outros. Considerando que estes aspectos são, também, de cunho psicológico, foi-se realizado para este estudo um levantamento de artigos científicos produzidos no âmbito da psicologia, entre os anos 1990 e 2020, cujo centro de estudo fosse sobre pessoas brancas, com especial interesse sobre (auto)críticas tecidas por psicólogas/os sobre a branquitude.

Palavras-chave: Identidade Branca; Relações Raciais; Desenvolvimento.

Understandings about white people and whiteness in Psychology

Abstract: Over the decades, some studies have been developed in the "psy" field about race relations. However, even the studies being with relationships, most of it have as "object" only one pole of this relationship: black populations. Thus, discussions about white populations in terms of developing a racial identity, learning about racial prejudices, and other aspects related to the racialization of this group do not take place. As a result, the white group continues to be supported as a reference for humanity, and not as another group among others. Considering that these aspects are also of a psychological nature, a survey of scientific articles about white people and (self)critiques woven by psychologists about whiteness, produced in the field of psychology between the 1990s and 2020s, was carried out for this work.

Key words: White Identity; Race Relations; Development.

* **ANNE BITTENCOURT SANTOS E SILVA** é Psicóloga, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade da Universidade Federal da Bahia (PPGEISU/UFBA), Salvador - BA. Brasil. E-mail: annebitt@hotmail.com

Homem + ar + espaço. Lyubov Sergeyevna Popova, 1912.

Introdução

Os efeitos psicológicos das desigualdades raciais e sociais são negativos para as populações em geral. Sendo o processo saúde-doença multifatorial, as tensões entre racismo, forças individuais e circunstâncias ambientais são fatores que condicionam o desenvolvimento humano. Para as populações negras em geral, os impactos vão de prejuízos afetivos à transtornos psiquiátricos, enquanto as populações brancas, em geral, estão protegidas das tensões relacionadas às questões raciais. Esse ambiente protegido se configura como privilégio racial, e dificulta o desenvolvimento de competência do grupo branco de discutir seus papéis na manutenção do racismo e lidar com tensionamentos raciais. Essa é uma das circunstâncias que compõem o conceito de "branquitude" (DIANGELO, 2018).

Ao longo das décadas, alguns trabalhos foram desenvolvidos no campo psi investigando fatores de risco e adoecimento psíquico associados ao racismo. Algumas dessas produções, compreendendo o racismo sob a perspectiva das *relações* raciais, chegam a evidenciar os papeis e processos vividos por pessoas brancas

nessa relação: Fanon (2008) demonstrou como as sequelas da colonização francesa conformavam a subjetividade dos povos antilhanos, e como pessoas brancas se relacionam com pessoas negras como se fossem infantis, hiperssexualizadas, ou menos capazes cognitivamente. A partir de suas investigações, ele apontou caminhos possíveis para a descolonização das pessoas, negras e brancas. Contudo, no âmbito da psicologia brasileira, continua incipiente uma produção que se atente a este outro polo das relações raciais, isto é, as pessoas brancas.

Nesse sentido, foi realizado, para este trabalho, um levantamento de artigos científicos produzidos entre os anos 1990 e 2020 acerca de estudos sobre pessoas brancas desenvolvidos no âmbito da psicologia, com especial interesse sobre (auto)críticas tecidas por psicólogas/os sobre a branquitude. O interesse sobre este último tópico é devido à reflexão de que, como citado anteriormente, a branquitude apropria-se do privilégio de evitação dos conflitos raciais, e sendo a psicologia uma profissão cuja maioria de estudantes e profissionais é branca (RISTOFF, 2014), isso pode impactar negativamente o desenvolvimento de seus trabalhos (TAVARES; OLIVEIRA; LAGES, 2013).

Método

Entre os meses de junho e julho de 2020 foi realizado um levantamento de publicações de artigos científicos sobre o tema de interesse entre 1990 e 2020[1] na plataforma Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), que abrange produções exclusivas da área da saúde. O recorte geográfico foi brasileiro, e os descritores utilizados foram: psicologia; psicologia, formação; psicologia, graduação de um lado; e branquitude; população branca; raça; racismo; relações raciais do outro, gerando 18 combinações e o encontro de 366 artigos científicos.

Após uma análise dos títulos, resumos e revistas nos quais esses trabalhos foram publicados, foi feita uma filtragem e exclusão de algumas produções com base nos critérios de: repetição; duplicidade; artigos fora da proposta de pesquisa; e artigos produzidos em outras áreas da saúde que não a psicologia.

Os critérios de inclusão foram: ser um artigo científico; escrito na língua portuguesa; publicado no Brasil entre 1990 e 2020; pertencer à área da psicologia; ter como centro do estudo reflexões exclusivamente sobre pessoas brancas. Na primeira busca, foram encontrados sete artigos. Posteriormente, a partir de busca complementar nas listas de referências, foram encontrados mais três artigos, totalizando 10 artigos no final.

Resultados

As produções foram distribuídas em cinco categorias temáticas, construídas de acordo com os conteúdos em comum compartilhados pelos artigos. Apesar das categorias genéricas, os artigos serão apresentados em suas singularidades a seguir. Posteriormente, será realizada uma discussão crítica acerca dos resultados encontrados.

[1] Foi a partir de 1990 que a psicologia inaugurou os estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil. Nesta nova abordagem das relações raciais, o olhar sobre a construção das identidades foi deslocado para o centro de onde a noção de raça foi construída: os brancos.

Preconceito racial em crianças brancas

Um artigo compõe essa categoria temática: "Análise do preconceito racial em uma amostra de crianças brancas de 5 a 8 anos de idade" (2008), de escrito por Sheyla Fernandes, Saulo Conceição e Bruna Nascimento. As autoras analisaram o preconceito racial em 19 crianças brancas, de idades entre cinco a oito anos, de ambos os sexos. O método do estudo consistiu em solicitar às crianças que desenhassem uma criança branca e uma criança negra em diferentes folhas de papel e comunicassem o que pensavam em termos de beleza; riqueza; inteligência; contato (brincar); e proximidade (adoção). Posteriormente, elas desenhariam a casa e a família dessas crianças, explicando ainda o porquê de suas atribuições.

Como resultado, houve um favoritismo em relação à criança branca desenhada na atribuição de todas as características, e observou-se ainda uma diferença etária nas atribuições: as crianças entre cinco e seis anos, em termos de beleza, riqueza, inteligência e brincar tiveram uma preferência de 70% a 80% pela criança branca; em termos de adoção, a preferência foi de 60% para a criança branca, e 40% para a criança negra. Para as crianças de sete e oito anos, em termos de beleza, a atribuição foi de 55,5% para a criança branca, e 44,5% para a criança negra; já para as outras categorias a variação foi de cerca de 70% à 100%, sendo este último percentual referente à categoria da adoção. Finalmente, em relação à casa e à família desenhadas para cada criança, não ouve diferenças; contudo, os discursos das crianças eram permeados pelo imaginário da "pessoa branca rica".

Fernandes, Conceição e Nascimento (2008) consideram três pontos de discussão: o primeiro é sobre o favoritismo das crianças pelo seu grupo de referência como uma introjeção normativa – e nesse sentido, cabe pontuar que o colonialismo configurou o grupo branco como o grupo de referência social; o segundo ponto diz respeito a um conflito existente entre perspectivas psicologizantes e perspectivas sociais para compreender esse fenômeno, de modo que as autoras sugerem uma perspectiva psicossocial; e o terceiro indica que há ainda muito a ser investigado acerca dessas "tendências" infantis, pois devido à escassez desses estudos, a compreensão do fenômeno fica fragilizada.

Há perspectivas que abordam o processo de amadurecimento cognitivo das crianças, supondo que na primeira infância estas não têm capacidade de compreender a diversidade social, e a medida em que vão se desenvolvendo, apresentariam menores índices de preconceito. Contudo, nessa lógica de raciocínio, o que explicaria adultos supostamente amadurecidos cognitivamente que apresentam altos níveis de preconceito? Será que esse fenômeno não estaria relacionado à*s* formas de aprendizagem de normas sociais*?*

> O preconceito poderia então ser definido como uma atitude negativa em relação a um indivíduo ou grupo com base nas relações ideológicas e representacionais assimétricas de poder social e não apenas vinculado à imaturidade cognitiva ou aos atributos sociais desiguais presentes nos grupos sociais, da mesma forma seria compreendido o racismo e demais modalidades de preconceito, sendo, portanto, estreitamente vinculado à aprendizagem social (FERNANDES; CONCEIÇÃO; NASCIMENTO, 2008).

Nessa perspectiva, uma sugestão de caminho de investigação seria compreender a partir dos discursos das próprias crianças[2], p. ex., solicitando-lhes que descrevam como chegaram a essas conclusões, isto é, como aprenderam/introjetaram estas normas sociais.

Percepção de pessoas brancas acerca das relações entre cor de pele e infra-humanização

Dois artigos semelhantes, escritos por Marcus Eugênio O. Lima e Jorge Vala, foram agrupados nessa categoria temática: "Sucesso Social, Branqueamento e Racismo" (2004) e "A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil" (2005). Ambos estão na linha de investigações do campo da psicologia social sobre novas expressões do racismo.

Os autores consideram que as expressões racistas são desenvolvidas de forma territorializada, de acordo com as particularidades de seu contexto social cultural. Nesse sentido, partem da premissa de que uma dessas formas de expressão no Brasil é a infra-humanização: as pessoas seriam vistas como naturalmente menos humanas, reflexo de uma menor atribuição de aspectos como valores, cultura, linguagem, inteligência e capacidade de expressar sentimentos (LIMA; VALA, 2004; 2005).

O branqueamento é o que peculiariza as relações raciais brasileiras. Isto significa que, a medida em que a/o negra/o galga espaços sociais de prestígio, ela/e se "embranquece", ganhando possibilidade de ser tratada como uma pessoa branca/humana (LIMA; VALA, 2004; 2005). Diante disso, Lima e Vala (2004; 2005) investigam como o branqueamento interfere nas expressões de racismo de pessoas brancas; e os efeitos da cor da pele e da performance social na infra-humanização.

Ambos os trabalhos desenvolvidos foram de abordagem quantitativa, com estudantes universitários/as brancas/os que responderam a questionários[3]. No primeiro trabalho (LIMA; VALA, 2004) foram desenvolvidos dois estudos visando analisar as relações entre: a cor da pele dos grupos raciais; seus desempenhos/performances sociais; como seu tom de pele é percebido (afim de avaliar o branqueamento); e a infra-humanização dos grupos. No segundo trabalho (LIMA; VALA, 2005), os autores analisaram a infra-humanização em termos de emoções primárias e secundárias; a infra-humanização no plano da desculturalização; efeitos da performance socioeconômica, da cor da pele e do branqueamento na infra-

[2] Algumas falas foram: "é bonita porque é branca e a outra é preta"; "cabelo bonito é de branca"; "olhos bonitos é da branca" (FERNANDES; CONCEIÇÃO; NASCIMENTO, 2008, p. 446).

[3] Lima e Vala (2004) realizaram dois estudos: no **Estudo 1**, as/os estudantes classificaram características referentes aos traços naturais (foram: esperto, espontâneo, agressivo, descontrolado, impulsivo, alegre) e referentes aos traços culturais (foram: progressista, sábio, falso ou mentiroso, infantil, ignorante, inteligente). Para o **Estudo 2**, foi utilizado um questionário contendo imagens de dois grupos sociais, negros e brancos, em situações de sucesso e fracasso social; a esses grupos, as/os estudantes tiveram de atribuir as características validadas no Estudo 1 e indicar, em escala Likert, o tom de pele do grupo (1, "negros" a 7 "brancos"). Cabe salientar que em ambas as situações foram utilizadas as mesmas fotos, apenas com roupas diferentes (terno social, e camisa simples, respectivamente). Lima e Vala (2005) utilizaram o mesmo questionário do **Estudo 2,** mas dessa vez com estudantes de três estados diferentes (Aracaju, Goiânia e São Paulo).

humanização; e os significantes semânticos da infra-humanização.

Não houve interferência da cor de pele nas atribuições de traços ou na performance social, assim como nas atribuições de emoções primárias e secundárias (LIMA; VALA, 2004; 2005). Contudo, as/os estudantes brancas/os atribuíram mais características culturais e emoções secundárias aos grupos que obtêm sucesso do que aos grupos que fracassam; observa-se que a atribuição ou não de traços culturais reflete na infra-humanização de grupos (LIMA; VALA, 2004). Aos grupos que fracassaram foram atribuídos mais traços naturais – seguindo a um indicador de biologização da diferença, como se a questão de êxito/fracasso estivesse atrelada às características pessoais dos sujeitos.

Em termos de efeitos do sucesso e da cor da pele sobre o branqueamento, o branqueamento atuou como mediador na percepção da cor da pele e como os grupos são avaliados: aos grupos que obtém sucesso foram atribuídas cores de pele mais clara – ou seja, há um branqueamento; em contrapartida, os grupos do fracasso social são vistos como "mais negros". A medida em que o branqueamento era observado, houve maior atribuição de traços culturais positivos aos sujeitos; quanto mais o grupo negro fracassou, mais foi "enegrecido", e menos traços culturais positivos lhe foram atribuídos (LIMA; VALA, 2004; 2005).

A partir da constatação de que as pessoas negras são percebidas positivamente e "culturalizados" proporcionalmente à medida em que são branqueadas, Lima e Vala (2004) observam que esse processo de infra-humanização é reflexo das ideologias raciais ainda do século anterior. Sobre esses achados, cabe ainda refletirmos sobre como a referência branca está intimamente relacionada referência de humanidade, e como isso reflete na percepção de pessoas brancas sobre o seu próprio grupo e os outros grupos humanos.

Discursos de pessoas brancas acerca das relações raciais

Quatro artigos foram agrupados nessa categoria: "Miscigenação *versus* bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças" (2005) e "A mobilização do discurso da democracia racial no combate às cotas para afrodescendentes" (2009), ambos de autoria de Pedro de Oliveira Filho; "Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade" (2012), de Lia Novaes Serra e Lia Vainer Schucman, e "Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana" (2014), de Lia Vainer Schucman.

Os quatro artigos são empíricos: as/os participantes foram mulheres e homens fenotipicamente brancas/os, de diferentes classes sociais e ocupações profissionais, e residentes do estado de São Paulo. Todas/os as/os participantes foram submetidas/os a um roteiro de entrevista semiestruturado com perguntas relacionadas ao campo das relações raciais no Brasil. Os artigos foram submetidos à análise categorial temática dos discursos.

Oliveira Filho (2005) analisou respostas para a pergunta "ter um/a antepassado/a negro/a é o suficiente para que uma pessoa seja classificada como negra?" – regra que baseia o modo bipolar de classificação racial (negra/o ou branca/o). Os discursos tinham como pressuposto que o ato de classificar

pessoas em categorias raciais é, em si mesmo, racista. Com base nesse pressuposto, pessoas brancas afirmaram que para combater o racismo é apenas necessário que se aprenda a olhar todas as pessoas como pessoas, ignorando a cor. Esse é um discurso ainda predominante no imaginário social brasileiro, e compõe o chamado "racismo à brasileira[4]" (MUNANGA, 2017).

Diversos são os argumentos utilizados pela população branca para se opor ao combate do racismo por meio de políticas públicas. No segundo artigo, Oliveira Filho (2009) analisou mais especificamente considerações de pessoas brancas sobre a implementação de uma política de cotas negras/os em universidades e empresas. Dos 60 sujeitos entrevistados, a maioria (34) foi desfavorável à implementação da política de cotas, e cinco se posicionaram de forma ambígua. Os discursos foram permeados por associações da política a uma divisão racial perigosa, ou à impossibilidade de implantação da mesma por não se poder definir quem é negra/o e quem é branca/o no Brasil. Assim como no primeiro artigo (OLIVEIRA FILHO, 2005), as pessoas alegaram que a divisão racial pelas cotas é um tipo de racismo; e o discurso da mestiçagem: "somos todas/os mestiças/os, logo, não há discriminação entre as pessoas".

No artigo de Serra e Schucman (2012), as autoras buscaram compreender como cidadãs/ões brancas/os paulistanas se apropriam do significado de raça, permitindo que as/os entrevistadas/os verbalizassem como se definem pessoalmente, e que apresentassem os significados e sentidos construídos sobre seus atos, comportamentos, pensamentos e discursos acerca das relações raciais. As autoras partiram da hipótese de que a raça, enquanto categoria, apareceria nos discursos das/os sujeitas/os entrevistadas/os de forma semelhante às ideias que se tinha sobre raça nos séculos passados.

A hipótese se confirmou nos discursos das pessoas brancas entrevistadas, muitas vezes explicitamente, ligando a cor da pele a atitudes morais cotidianas. A naturalização dessas atitudes demonstra que o racismo reproduzido entre pessoas brancas é intrínseco à ideia de racismo biológico. Para explicar a desigualdade racial em São Paulo, um entrevistado afirmou que o estudo, o esforço e o trabalho são valores da cultura de imigrantes europeus, enquanto as/os africanas/os são mais flexíveis em relação à ética e a moral, sendo seus valores mais ligados à música e ao divertimento.

Contraditoriamente à ideologia da democracia racial, pessoas brancas identificam que há brancas/os que não são tão brancas/os assim: seria um "branco meio sujinho (...) encardido" (SERRA; SCHUCMAN, 2012, p. 304), referindo-se às/os brancas/os com traços negros. Ou seja, além de existirem critérios para quem é branca/o e quem é negra/o, o valor da brancura é mais alto quanto mais o sujeito se aproxima da etnia europeia.

No artigo de Schucman (2014), conteúdos encontrados nas análises de discurso de pessoas brancas anteriores se repetiram: verbalização de uma hierarquização estética entre grupos raciais (mais se aproximam da beleza quanto mais possuem traços brancos); reconhecimento dos privilégios que essa

[4] Um dos aspectos que caracterizam o "racismo à brasileira" é que se ignora no país que para combater a desigualdade racial são necessárias, para além de um olhar humanizado, políticas públicas que garantam às/aos negras/os acesso aos direitos e representação social.

hierarquização lhes confere – maior trânsito entre os grupos sociais; autoestima preservada; maior possibilidade de estar em relação; reconhecimento de maior representação de pessoas brancas/os em espaço de poder; afirmação de que atitudes morais e intelectuais superiores se devem à algo intrínseco à cultura europeia. Estes são saberes que sustentam e reproduzem a branquitude.

Cabe salientar que apenas no artigo de Serra e Schucman (2012) e Schucman (2014) as pesquisadoras mencionam impactos de sua cor branca no desenvolvimento da própria pesquisa. Schucman (2014) se surpreendeu com como as pessoas brancas estavam confortáveis descrevendo momentos em que tiveram atitudes racistas e afirmando a superioridade de pessoas brancas.

> Cogitei até a hipótese de que, pelo enunciado da pesquisa ser "investigar a branquitude", esses sujeitos poderiam pensar que eu estava comprometida com o enaltecimento dos sujeitos brancos e, desse modo, sentiram-se confortáveis para afirmar esta ideia de superioridade racial branca (p. 87).

Mecanismos psicológicos de reprodução do racismo entre pessoas brancas

Dois artigos compõem essa categoria temática: "Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil" (2010), de Sandra Leal de Melo Dahia; e "'Não somos racistas': uma contrarreação calcada em 'A negativa' freudiana" (2014), de Mariana Leal de Barros. Ambas as autoras se apoiam em postulados psicanalistas para desenvolver reflexões sobre processos coletivos e inconscientes entre pessoas brancas que culminam na manutenção do racismo contra os sujeitos negros; e o silenciamento, entre elas, sobre as questões raciais.

Dahia (2010) aponta que, "entre os brasileiros brancos há uma preocupação com um autodisciplinamento do comportamento, no sentido de não ferir a suscetibilidade dos negros" (p. 375). Esses processos de disciplinamento e autodisciplinamento seriam aprendidos ainda na infância, e para se compreender o desenvolvimento do preconceito racial nessa fase, é importante perceber as atribuições valorativas que são dadas, cotidianamente, aos diversos grupos raciais e que são percebidas pelas crianças[5].

Contudo, ainda que existam essas regras de "etiqueta racial" em que pessoas brancas devem se disciplinar para não proferir pensamentos/sentimentos impróprios que podem vir a possuir em relação às pessoas negras, e existem espaços em que essas regras podem ser flexibilizadas – como encontros sociais nos quais piadas racistas podem ser proferidas sem pudor. Essas práticas individuais tendem a se tornar um hábito coletivo, um "lugar de transgressão institucionalizada" (p. 377). Categorias da teoria psicanalista de grupo de René Kaës baseiam a discussão: transmissão psíquica (objetos psíquicos que são transmitidos de geração em geração como ideias, mecanismos de defesa, identificações; e

[5] No Brasil, a veiculação dos meios de comunicação de massa é majoritariamente composta por pessoas brancas em posições de poder, protagonismo e romance, enquanto pessoas negras são mais veiculadas em posições de subalternidade, violência, hipersexualização (CANDIDO; FERES JÚNIOR, 2019). Nesse sentido, às populações brancas estão constantemente sendo atribuídas valorações positivas, e às populações negras, valorações negativas.

elementos não simbolizados, como faltas, falhas e rupturas); grupalidade psíquica (compromisso conformado inconscientemente entre grupos brancos)*;* aliança inconsciente (a aliança visa comunicar algo socialmente indesejado mas que reforça benefícios decisivos para suas vidas psíquicas)*;* intermediário. Para Kaës, um grupo possui uma realidade psíquica específica, que é regida por determinações e processos próprios eminentemente grupais.

O riso e as piadas racistas cumprem funções de produção e socialização de prazer, ocultando o preconceito, por meio de um acordo inconsciente de invisibilização do racismo (DAHIA, 2010). Assim, o preconceito racial é remetido, coletivamente, a uma zona de silêncio. O silenciamento sobre o preconceito racial remete a "negociações inconscientes permanentes para mantê-lo, que denotam, em última instância, sua centralidade na organização psíquica individual e intersubjetiva" (DAHIA, 2010, p. 378).

Kaës propõe que o inconsciente é engendrado em uma realidade psíquica grupal, cujos processos e formações são inscritos na cultura. Como consequência, "há a formação de um estilo de pensamento que adquire características e funções grupais" (DAHIA, 2010, p. 382). Isso não significa dizer que Kaës dispensa as singularidades psíquicas, e por isso formula a categoria do intermediário, que articula as formações específicas grupais e as formações psíquicas singulares, regidas por lógicas distintas. Partindo das funções da categoria do intermediário, a piada pode ser vista justamente como o resultante cultural do pacto racista, e o riso como elemento que garantirá a transmissão dessa piada, tendo em vista que essa dinâmica de prazer se opera a partir de um relaxamento psíquico e também social.

Após a abolição da escravatura e a afirmação da igualdade entre as pessoas, foi preciso mobilizar outros recursos para reestabelecer as posições organizadas pela branquitude de subalternização do/a negro/a, como as piadas racistas. Essa dinâmica remove a seriedade da igualdade entre os grupos brancos e negros que muitas/os brancas/os não suportam, pois isso impacta sua fantasia de superioridade.

O segundo artigo é o de Barros (2014). No início de seu trabalho, a autora afirma que sua pretensão única é explicar a teoria formulada por Freud em seu texto "A negativa" a partir do título do livro do jornalista Ali Kamel, "Não somos racistas"; apesar disso, Barros (2014) tece interessantes articulações entre esse mecanismo psíquico postulado por Freud e a emissão do sujeito branco do enunciado "eu não sou racista".

O conceito de "negação" de Sigmund Freud foi desenvolvido a partir de observações do psicanalista em seus casos de que quanto mais o/a analista se aproximava do núcleo patógeno, isto é, o conteúdo desencadeador dos sintomas, mais o/a consulente buscava escapar desse conteúdo. Nesse processo de aproximação do excitamento reprimido, uma das formas de o/a consulente começar a acessar esse conteúdo é pela sua negativa verbal, e encobrir uma afirmativa com uma negativa é uma forma de suspender a repressão.

Os conteúdos são reprimidos por serem estranhos à consciência. Contudo, a medida em que o sujeito vai tornando-se capaz de perceber a sua própria "dimensão anônima", aquilo que é seu e

simultaneamente lhe é estranho, ele é capaz de escolher o que fazer com aquele conteúdo por tanto tempo reprimido. Nesse sentido, a negativa seria como um primeiro passo rumo à possibilidade de permitir o excitamento, ainda estranho, emergir à consciência.

Partindo dessa perspectiva, Barros (2014) analisa a negativa feita por Ali Kamel de que não há, no Brasil, impedimentos institucionais à ascensão social dos/as negros/as, negando assim a existência do próprio racismo. Tomando Freud como referência, diz que o próprio discurso de Kamel o trai, já que "é justamente pelo 'não' que o inconsciente se revela, pois o que é negado é via para que se acesse o [conteúdo] recalcado" (p. 125). Assim, a autora questiona: quando pessoas como Kamel negam a existência do racismo, estariam negando o seu próprio racismo, ou a própria pessoa negra?

Branquitude e a atuação profissional da/o psicóloga/o branca/o

Um artigo compõe essa categoria: "Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude" (2019) de Jacqueline Meireles; Mariana Feldmann; Tamiris Cantares; Simone Nogueira; e Raquel Guzzo. Diante da ausência de estudos sobre as relações étnico-raciais na graduação em psicologia, e as inquietações que emergiram ao atuarem em um projeto em escolas públicas, as autoras, todas psicólogas pós graduandas, desenvolveram um grupo de estudos sobre o tema. O artigo é síntese das discussões realizadas por elas. Dentro da discussão do tema, uma das perspectivas adotadas sobre as relações étnico-raciais foi o papel da branquitude na vida cotidiana.

Em suas práticas no projeto de extensão universitária, as autoras perceberam o racismo como uma das violências presentes nas escolas da região, e as diversas formas de sofrimento decorrentes das manifestações de discriminação racial negativa. Elas perceberam-se também sem ferramentas para trabalhar com a questão e as queixas do ambiente, e atribuem o fato à psicologia sem uma profissão majoritariamente ocupada por mulheres brancas e cujos referenciais teóricos são produzidos por homens brancos europeus e norte-americanos (MEIRELES et al, 2019). Assim, problematizam os referenciais teóricos eurocentrados da prática profissional, que por muito tempo legitimaram e validaram estereótipos racistas. Problematizam ainda que essa ausência de formação não prepara a/o profissional para trabalhar com as problemáticas relacionadas às relações étnico-raciais.

O grupo de estudos de referenciais teórico metodológicos no campo da psicologia, educação, e relações étnico-raciais abordou três temas: Introdução às Políticas de Ações Afirmativas e à Educação das Relações Étnico-Raciais; Colonização e Descolonização do Conhecimento; e Racismo à Brasileira e Seus efeitos Psicossociais. No decorrer das atividades, as psicólogas mergulharam ainda em um processo de autorreflexão e autocrítica de suas próprias identidades raciais, e desse processo, destacaram a importância de deslocarem-se do lugar de universalidade, essencial para o combate aos efeitos da ideologia da supremacia branca, e possibilidade de compreender sua cultura e modos de vida como mais um que compõe o espectro da diversidade humana.

O trabalho das autoras então divide-se em três eixos, nos quais realizam uma breve leitura histórica sobre a construção social do conceito de raça; apresentam um histórico acerca dos estudos da psicologia sobre as relações étnico-raciais no Brasil; e apresentam contribuições da Psicologia Crítica no estudo da branquitude. Por fim, tecem algumas considerações sobre a importância desse processo de estudo e autorreflexão em nossas formações e práticas como psicólogas, chamando a atenção sobre a urgência dessa discussão se fazer presente nos currículos de Psicologia.

Discussão

A partir dessa sistematização de estudos, observa-se que o que caracteriza um suposto "espírito nacional brasileiro" é o ainda presente mito da democracia racial, que se opõe a qualquer afirmação das diferenças e desigualdades raciais entre os diferentes grupos brasileiros. Por vezes, são essas mesmas pessoas que se recusam a discutir o legado da escravidão para elas, pois os espaços significativos que elas ocupam na sociedade é "fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos do[s] outro[s] grupo[s]" (BENTO, 2016, p. 30).

Nesse sentido, a mobilização do discurso da democracia racial como combate à implementação das políticas de cotas para afrodescendentes, p. ex., tem como objetivo inviabilizar que pessoas negras ocupem os mesmos espaços que pessoas brancas. Adotar tais medidas seria combater privilégio racial da branquitude, pois implica sujeitos brancos a abrirem mão de seus privilégios raciais e mudarem suas posturas.

Ainda sobre o mito da democracia racial, chama a atenção que, mesmo se afirmando que "somos todas/os mestiças/os", os "denominados brancos na sociedade brasileira nunca são indiferentes a marcas físicas indicadoras de ascendência africana, por mais discretas que sejam" (OLIVEIRA FILHO, 2005, p. 250).

As pessoas brancas tem noção dos privilégios simbólicos que a cor branca lhes confere, sendo esse privilégio uma das características da branquitude. Tal constatação abre algumas questões: quais os efeitos psicológicos e sociais desses "privilégios brancos"? O que pensam os sujeitos brancos sobre a existência desses privilégios? Como estes sujeitos podem abrir mão desse lugar valorativo em função de uma equidade racial?

Outra questão relevante é que os pensadores eugênicos dos séculos XXI e XX exerceram grande influência na construção do pensamento paulistano acerca das relações raciais, o que Serra e Schucman (2012) apontam como estruturante das subjetividades brancas de São Paulo. Tal constatação aponta a necessidade de estudos sobre como se constroem as identidades raciais brancas em outros estados do Brasil.

Os estudos corroboram ainda com postulações feitas por Bento (2016), Kilomba (2018) e Fanon (2008): o racismo confere às pessoas brancas uma proteção psíquica, no sentido de que todas aquelas características consideradas socialmente imorais, e incapazes de serem assumidas, seriam projetadas em um outro. Cabe salientar que a projeção é um mecanismo psíquico constituinte do desenvolvimento humano, mas, como afirma Bento (2016), no campo das relações raciais esse componente ganha uma faceta mais complexa: visar

justificar e legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre outros, desembocando em situações que perpassam a discriminação racial, a patologização, e o genocídio. Esse fenômeno psíquico associado ao narcisismo nas populações brancas é uma dimensão que precisa ser mais investigada a fim de criarmos outras possibilidades de existência.

Considerações finais

Se a negação é uma possibilidade de aproximação do conteúdo recalcado, o negacionismo de pessoas brancas é reflexo da aproximação desses sujeitos a conteúdos reprimidos por tantas décadas. Atribuímos esse fenômeno às crescentes mobilizações antirracistas, e nesse sentido, há uma vitória em discutirmos relações raciais, racismo, e políticas de cotas, já que estes assuntos provocam os sujeitos a falarem e lançarem luz sobre conteúdos reprimidos; consequentemente, eles dão corpo a objetos que por tanto tempo foram invisibilizados pelo silêncio.

A descolonização das/os brancas/os perpassa o reconhecimento da diversidade de formas de ser e viver, isto é, o desenvolvimento de uma competência cultural. É necessário ainda que percebam como a branquitude degrada a sociedade e a si mesma, tendo em vista os processos de desumanização de povos, e também a desumanização de si, pois vivem em uma condição de supervalorização e incapacidade de lidar com sua própria humanidade.

Pensando mais especificamente a psicologia, para que este campo da saúde produza cuidado efetivo para as populações negras é preciso, dentre outras competências, um trabalho de (auto)crítica e assunção das questões produzidas pelos tensionamentos raciais, revisão das epistemologias eurocentradas que embasam o cuidado à saúde e, como sugestão, adoção de teorias afro-centradas.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Editora Vozes Limitada, 2016. pp. 28-63.

DE BARROS, Mariana Leal. "Não somos racistas": uma contrarreação calcada em "A negativa" freudiana. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 77, 2017.

DE MELO DAHIA, Sandra Leal. Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 373-389, 2010.

CANDIDO, Marcia Rangel; FERES, João. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. **Revista Estudos Feministas,** v. 27, 2019.

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 35-57, 2018.

FERNANDES, Sheyla Christine Santos; DE ALMEIDA, Saulo Santos Menezes; DO NASCIMENTO, Conceição Bruna Soares. Análise do preconceito racial em uma amostra de crianças brancas de 5 a 8 anos de idade. **Psico**, v. 39, n. 4, 2008.

FRANTZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Editora Cobogó, 2019.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de psicologia (Natal),** v. 9, p. 401-411, 2004.

LIMA, Marcus Eugênio O.; VALA, Jorge. A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. **Psicologia USP,** v. 16, p. 143-165, 2005.

MEIRELES, Jacqueline et al. Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude. **Revista**

Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 14, n. 3, p. 1-15, 2019.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: ABUD, Cristiane Curi; KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da. **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2017, pp. 33-44.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de. Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 10, n. 2, p. 247-253, 2005.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de. A mobilização do discurso da democracia racial no combate às cotas para afrodescendentes. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 26, n. 4, p. 429-436, 2009.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas),** v. 19, p. 723-747, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da brancura paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SERRA, Lia Novaes; SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 288-311, 2012.

TAVARES, Natália Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna; LAGES, Sônia Regina Corrêa. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. **Saúde em Debate,** v. 37, p. 580-587, 2013.

Recebido em 2021-07-10
Publicado em 2021-09-01